CAPÍTULO 9:

A gestão da política de Assistência Social em tempos de pandemia na região sudoeste do estado de Minas Gerais

Ketully Fernanda Ascencio Cadorim
Maria José de Oliveira Lima

Introdução

O surgimento da pandemia de COVID-19 apresentou mudanças expressivas em diversos cenários do contexto socioeconômico, acarretando múltiplas implicações nas políticas sociais. Este estudo busca refletir sobre como a pandemia de COVID-19 deflagrou desafios na gestão da Política de Assistência Social nesse período histórico.

Caracterizada por diversos acontecimentos de calamidade social, como mortes, medidas de isolamento social e ações emergenciais, a crise decorrente do coronavírus também evidenciou a precariedade das políticas públicas diante da ofensiva neoliberal.

Ainda que o discurso das classes dominantes atribua à pandemia o papel de principal causa da crise econômica e social que atinge o País, realidade é que, em meados de 2020, o Brasil já enfrentava um cenário de congelamento de gastos públicos, intensificação da precarização das políticas sociais, privatização de serviços e uma reforma da previdência que suprimiu os direitos trabalhistas.

> Os capitalistas encontraram na pandemia um terreno fértil para implementar diretrizes do seu programa ultraneoliberal de governo e construir soluções lucrativas aos grandes capitais (Granemann, 2021, p. 4-5).

As consequências desse aspecto neoliberal atingem diretamente a classe trabalhadora, resultando na precarização do trabalho, no aumento da desigualdade e na diminuição da qualidade de vida, impactando, especialmente, as expressões de gênero, raça, etnia e sexualidade.

A pandemia de cepa *SARS*-CoV-2 representou uma crise sanitária em completude à crise do capital, que intensificou as desigualdades estruturais e a precariedade das políticas sociais, que são desfinanciadas e desmontadas pelo projeto neoliberal.

A crise do capital, agora agravada pela crise sanitária, impulsionou mudanças no planejamento, na execução e no monitoramento das políticas públicas, além de transformações no mundo do trabalho, sempre objetivando aumentar as taxas de lucro do capital. Esse fenômeno se reflete de modo cruel nas vivências da classe trabalhadora.

A dimensão dessa pandemia impôs a necessidade de um olhar mais atento para as antigas demandas da Política de Assistência Social. Ressalta-se, por oportuno, que o surto de casos positi-

vos para o vírus e suas consequências se prolongaram muito além do esperado, perdurando até os dias atuais, ainda que em menor escala.

A trajetória percorrida pela pandemia deveu-se, em parte, à ineficácia das políticas públicas, somada ao afrouxamento das medidas de distanciamento social em prol da retomada da economia. Observa-se, assim, como o trabalho é explorado em virtude da valorização do capital e como esse este se empenha em arredar qualquer vestígio de anseios emancipatórios.

> O que fica patente, dentre as tendências do capitalismo contemporâneo e como determinação da regressão dos sistemas de proteção social e do abandono humano dos segmentos pauperizados, é a apropriação do fundo público pelo capital rentista e a mercadorização de serviços públicos (Huws, 2017, p. 20).

Dessa forma, os estilhaços da crise capitalista, agravada pela crise sanitária e social, atingem diretamente a parcela da classe trabalhadora e subalterna, aumentando a desigualdade social e gerando efeitos negativos na economia, na saúde, na Assistência Social e até mesmo na educação. O fechamento das escolas e espaços educacionais resultou em perdas significativas na aprendizagem. Essa realidade implica em novas demandas e desafios para a garantia dos direitos sociais, como será discutido a seguir.

No Brasil, a Política de Assistência Social possui particularidades decorrentes de sua trajetória histórica, cujas principais características são estabelecidas pelo conjunto de legislações que estabelecem as diretrizes para a sua efetivação da Assistência Social como um direito do cidadão e uma responsabilidade do Estado.

Em razão dessa realidade, os(as) profissionais que atuam na gestão e execução da Política de Assistência Social trabalham na interseção entre seguridade social, direitos sociais e democracia, enfrentando imposições neoliberais que desfavorecem a população, especialmente os grupos populacionais tradicionais e específicos.

Observa-se que a Política de Assistência Social no Brasil já era marcada pela resistência antes mesmo da pandemia. No entanto, após o contexto pandêmico, as políticas sociais ficaram duplamente ameaçadas: primeiro, devido às imposições ultraconservadoras e ultra neoliberais; segundo, pelas sequelas da crise sanitária que afetaram o mundo.

As consequências da crise sanitária, econômica e social sobre a Política de Assistência Social afetam tanto os profissionais quanto os usuários dessa política. Os profissionais lidam diariamente com demandas diárias, das quais as quantidades e complexidades dos atendimentos e acompanhamentos estão diretamente ligadas à desproteção social agudizada pela ordem social.

Já os usuários encontram-se cada vez mais submetidos às desigualdades sociais, às relações desumanas do capitalismo, às violências e às violações de direitos, entre diversas formas de exclusão. As expressões da questão social existentes foram acentuadas e ampliadas nesse período histórico de crise gerada pela pandemia. A ausência de condições dignas de trabalho e a insuficiência de equipamentos, serviços e tecnologias, acarretam em um impacto negativo para os profissionais que atuam na Política de Assistência Social.

Esse cenário gera uma sobrecarga aos profissionais, que por muitas vezes, não conseguem ser mediadores da proteção social. Essa realidade, aqui exposta em linhas gerais, vem sendo objeto de desalento por parte dos profissionais.

Todavia as expectativas de enfrentamento e superação dessa conjuntura estão entranhadas à própria realidade. A realidade profissional foi agravada pela crise sanitária da pandemia e pelo ultraneoliberalismo do governo. Essa realidade representa tanto o desalento profissional quanto, dialeticamente, o pressuposto para o enfrentamento dessa conjuntura, desde que os profissionais consigam identificar, na complexidade das demandas, os aspectos que demandam novas estratégias, alinhadas às necessidades dos usuários.

> Ao finalizar nossa reflexão, entendo que o conhecimento da realidade pode subsidiar a crítica e a formulação de políticas e mecanismos públicos que atendam às reais necessidades da população, como parte de iniciativas para criação de novas intervenções no enfrentamento das expressões da crise sanitária, mediadas pela atuação profissional (Mota, 2021, p. 62).

Nesse viés, os profissionais da Política de Assistência Social devem executar uma contraofensiva que confronte as tentativas de reduzir essa política a uma mera ação técnica e tarefeira, passível de se prolongar para além da pandemia. Isso ocorre mediante o fomento de práticas e argumentos que reforçam respostas emergenciais, na tentativa de torná-las inerentes ao "novo normal".

A crise sanitária abarca desafios e características específicas, configurando um paradoxo: ao mesmo tempo em que evidencia dificuldades inadiáveis que requerem intervenções imediatas, também pode prolongar práticas pragmáticas voltadas para a resolução de questões pontuais, com limiar anterior à pandemia.

> Por isso mesmo, como já apontado em outras ocasiões, sob determinadas relações e utilizando algumas mediações, constata-se que as classes dominantes e seu Estado tentam metabolizar objetiva e subjetivamente a produção de consensos ativos e passivos das classes subalternas, requeridos na implementação de medidas necessárias aos seus modos de operar o enfrentamento da crise capitalista e, nela, a crise sanitária (Mota, 2021, p. 63).

Os desafios que estão vinculados à pandemia podem subtrair as diretrizes da Política de Assistência Social. As perspectivas pós-pandemia não são alvissareiras e, mais do que nunca, é preciso realizar uma análise da conjuntura, enfrentando-a de forma coletiva e profissionalmente, em busca de uma sociedade mais justa e emancipada.

Este estudo analisou a gestão da Política de Assistência Social no sudoeste de Minas Gerais, com foco nos municípios da região de Passos. Essa área abrange trinta municípios: Alpinópolis, Alterosa, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Conceição da Aparecida, Delfinópolis, Doresópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Ilicínea, Itamogi, Itaú de Minas, Jacuí, Monte Santo de Minas, Nova Resende, Passos, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Pedro da União, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino e Vargem Bonita.

Foi essencial compreender a pesquisa como um processo de produção de conhecimento, buscando desvelar uma realidade específica e apontar caminhos para a resolução de problemas.

> Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e a ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (Minayo, 2012, p. 17).

Essa pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, fundamentada na relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, na qual o pesquisador é parte do processo de conhecimento. O movimento é constituinte da realidade, sendo percebido de forma contraditória e em constante alteração. A investigação envolveu pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, de forma inter-relacionada.

A pesquisa bibliográfica, embora assim denominada, não abrangeu somente os livros. O aporte teórico foi subsidiado pelas produções acadêmico-científicas como teses, dissertações e artigos. Quanto à pesquisa documental, foi realizada a partir do estudo de leis, decretos, resoluções, documentos oficiais entre outros materiais.

A pesquisa de campo incluiu a coleta de dados quantitativos e qualitativos, tendo como lócus os trinta municípios supracitados. Considerando que a pesquisa foi realizada durante o auge da pandemia de COVID-19, o questionário elaborado pelas pesquisadoras foi aplicado aos gestores responsáveis pela Assistência Social desses municípios.

O questionário foi criado por meio da plataforma Google Forms, um serviço gratuito que permite criar formulários personalizados para pesquisas. Entretanto, mesmo após entrar em contato individualmente com os gestores responsáveis pela Assistência Social dos trinta municípios, sete não responderam ao questionário. Desse modo, os dados coletados por meio do formulário foram tabulados considerando os vinte e três municípios que se comprometeram a participar da pesquisa.

O objetivo do estudo foi identificar e analisar os desafios expressos no processo de gestão da Política de Assistência Social no período pandêmico. Para isso, foram realizadas dezesseis perguntas fechadas e uma pergunta aberta para comentário, caso algum participante julgasse necessário.

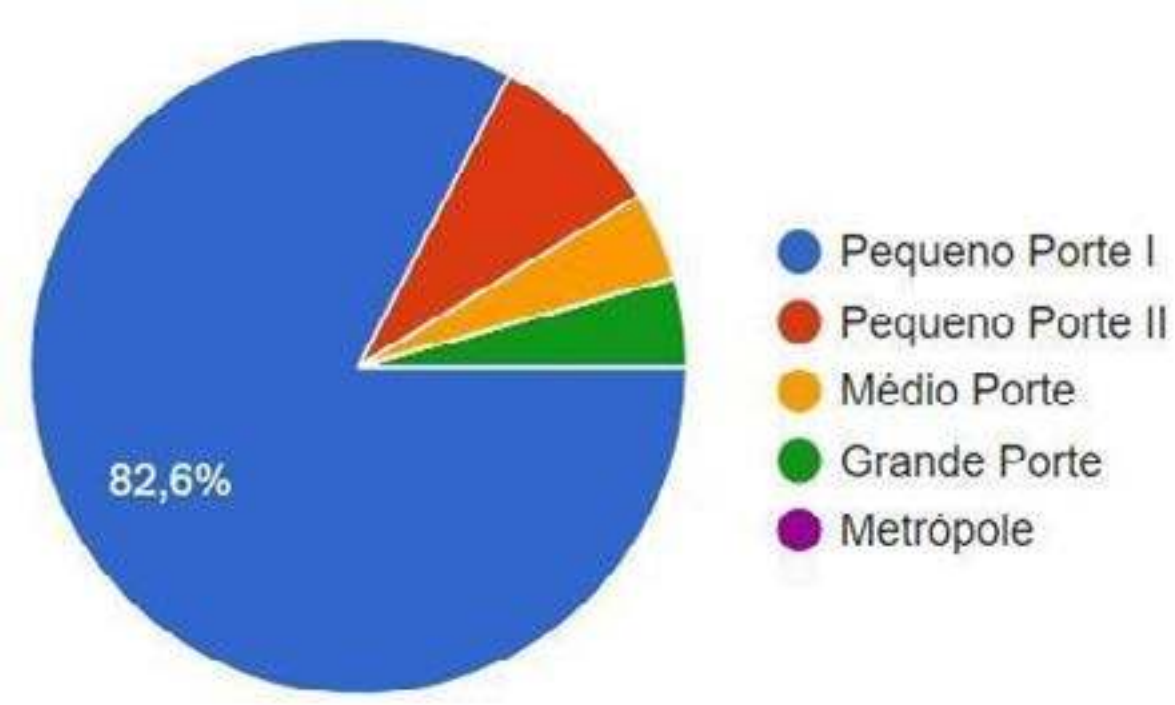
A análise dessa investigação utilizou o método materialismo histórico–dialético, adotando um enfoque teórico-crítico que contribui para desvendar a realidade. O objetivo foi apreender o real a partir de suas contradições e das relações entre singularidade e particularidade.

Dimensões e desafios da gestão da política de Assistência Social na pandemia

Aproximadamente 80% dos municípios brasileiros são de pequeno porte, ou seja, a predominância no Brasil é representada por municípios com até 20.000 habitantes. A região de abrangência Passos (MG) segue a caracterização nacional e estadual.

De acordo com os dados coletados, entre os 23 municípios que responderam ao instrumental de coleta de dados, 82,6% são de pequeno porte I (Figura 1).

Figura 1 – Porte dos municípios

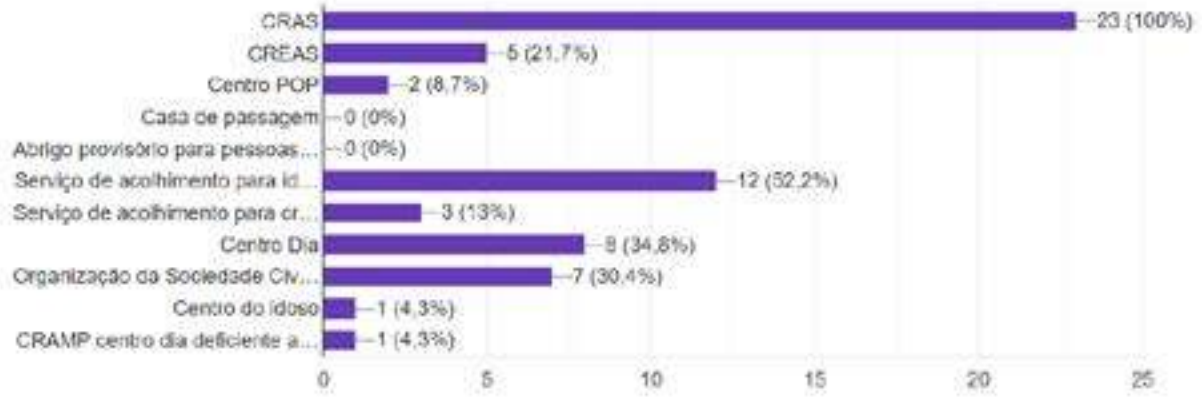


Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

São seguidos por dois municípios caracterizados como porte pequeno II, com população entre 20.000 e 50.000 habitantes. Além disso, há um município de médio porte, ou seja, entre 50.001 e 100.000 habitantes, e um município de grande porte, que no caso é a cidade de Passos, a sede da regional.

Em relação a equipamentos, todos os 23 municípios possuem pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme evidenciado na Figura 2. A rede dos municípios de pequeno porte é simples, tendo, muitas vezes, apenas equipamentos de serviços de proteção social básica. Nestes casos, uma solução comum é ter uma equipe responsável pela proteção social especial no espaço onde funciona a Secretaria Municipal de Assistência Social ou seu equivalente. Além disso, ocorrências de média e alta complexidade são ofertadas por serviços de municípios maiores.

Figura 2 – Equipamentos do SUAS no município



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

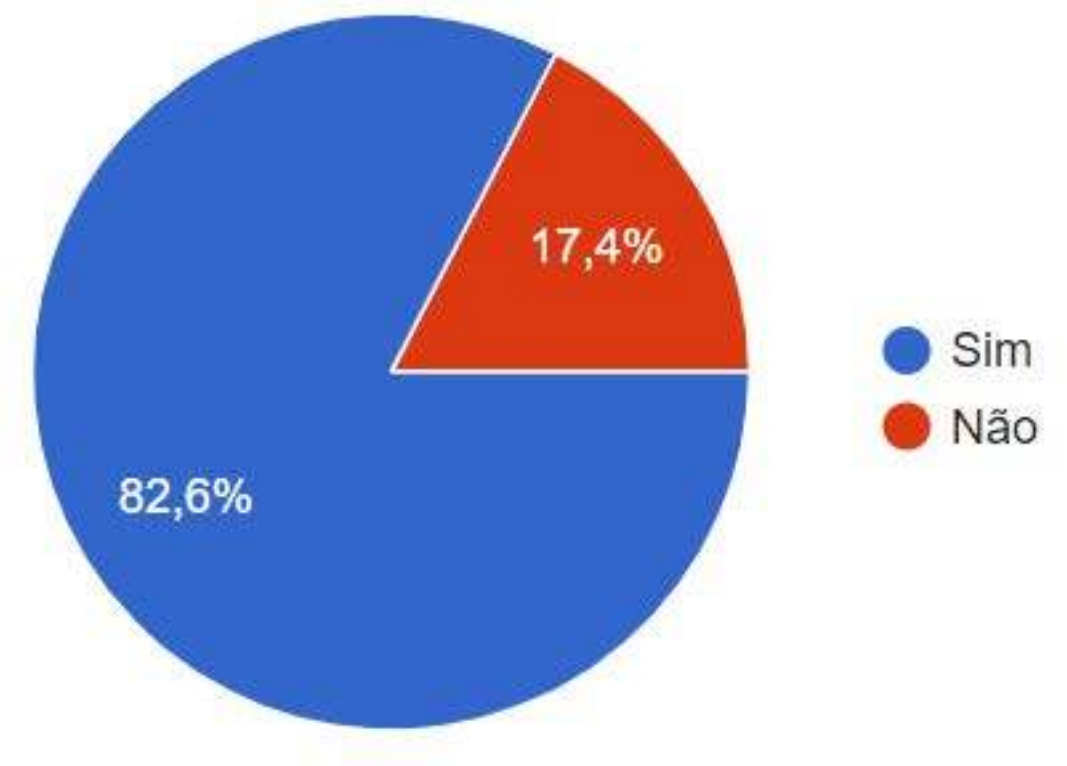
Contudo, em relação à proteção social de média e alta complexidade, observando o gráfico, percebe-se que cinco municípios possuem CREAS, oito municípios possuem Centro POP, doze possuem Serviço de Acolhimento para Idosos, três possuem Serviço de Acolhimento para Crianças e dez possuem Centro Dia.

Verifica-se, ainda, a presença de entidades do terceiro setor em 30,4% dos municípios, considerando a existência de sete organizações da sociedade civil que, na maioria das vezes, oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

As equipes de referência da Política de Assistência Social são estabelecidas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), instituída pela Resolução do CNAS n.º 269 de 13 de dezembro de 2006. A equipe de referência é o conjunto de profissionais responsáveis diretamente pela gestão e oferta dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, devendo assegurar a efetivação da política pública de forma contínua e qualificada.

A Figura 3 demonstra que 17,4% dos municípios não possuem a equipe completa, conforme a normatização vigente. Além disso, nos municípios pequenos, muitas vezes o Posto do Cadastro Único também funciona no prédio do CRAS, o que sobrecarrega o equipamento.

Figura 3 – Equipe de referência de acordo com a NOB-RH/SUAS



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Com o equipamento sobrecarregado, as prioridades tornam-se os atendimentos emergências. Essas situações de "apagar incêndio" desvalorizam a natureza da proteção básica, que deve ser proativa e preventiva. Desse modo organizar o trabalho social com as famílias passa ser um verdadeiro desafio para a equipe de referência.

A falta de recursos humanos, bem como a carência de estrutura física e informatizada, deflagrou a precarização dos serviços do SUAS para a oferta de atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

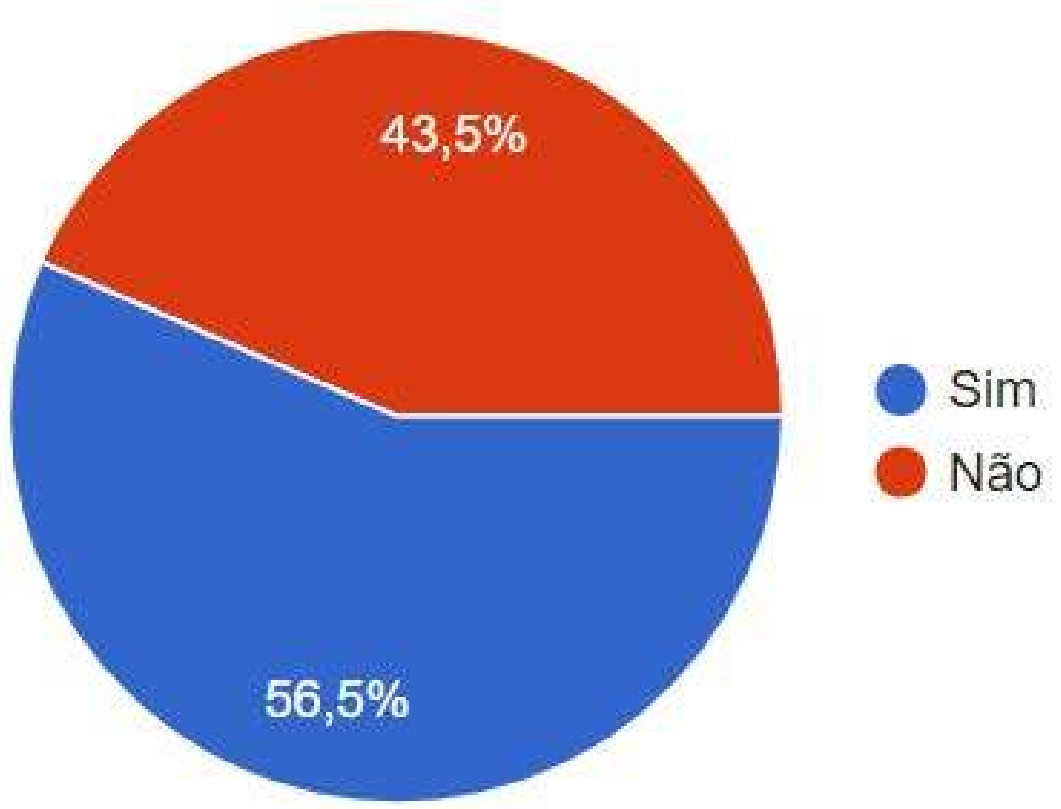
O interesse do capital é, unicamente, assegurar as condições de reprodução capitalista, mesmo que para isso precise submeter uma grande parcela da população a um cenário de desproteção, violações de direito e até mesmo risco iminente de morte pela ausência de vacinação. Nessa conjuntura, é no sentido de preservar os interesses do capital que o Estado burguês empreende ações de assistência, como a oferta de benefícios eventuais e programas de transferência de renda.

Essas medidas são estratégias antecipadas do capital para garantir minimamente a sobrevivência dos trabalhadores, objetivando sua intensa exploração no mercado de trabalho e a contenção das lutas sociais.

Um dos primeiros atos administrativos do Poder Executivo da União, em relação à crise sanitária, foi o Decreto Federal n.º 10.282, de março de 2020, que, entre outros, reconheceu a Assistência Social como serviço público e atividade essencial, indispensável ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Essas necessidades são aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Por sua vez, os municípios também elaboraram leis, decretos, planos e demais atos normativos relacionados a diversos aspectos sociais, econômicos e sanitários da pandemia (Figura 4).

Figura 4 - Edição ou criação de normativa municipal para instituir benefício eventual relacionado à COVID-19



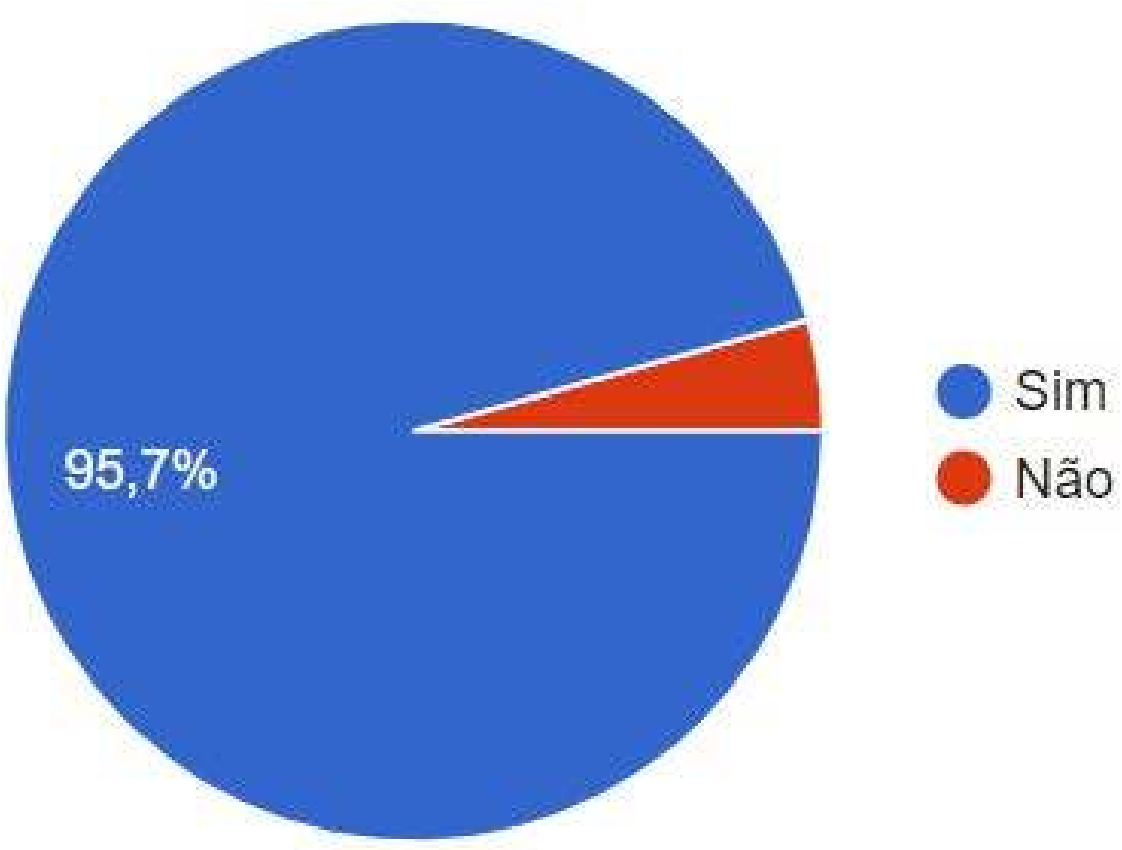
Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Desse modo, uma medida de enfrentamento à situação de calamidade pública decorrente da COVID-19 foi a oferta de benefícios eventuais. A Figura 4 acima apresenta que 56,5% dos municípios criaram ou editaram normativas municipais para conceder benefícios eventuais durante o período de pandemia. Nesse viés, fica evidente a investida governamental nos benefícios assistenciais, concomitante à redução progressiva dos direitos trabalhistas.

É importante ressaltar que, com a flexibilização das medidas sanitárias e o início do processo lento de vacinação contra a COVID-19, houve a redução da oferta desses benefícios. Nessa perspectiva, o Governo Federal destina recursos extraordinários para o financiamento do SUAS, com o objetivo de promover um incremento temporário na execução das ações socioassistenciais

devido à situação de emergência em saúde pública. Na figura 5 é possível observar como foi a utilização dos recursos referentes às Portarias n.º 369 e n.º 378 que dispõe sobre repasse extraordinário de cofinanciamento do SUAS devido a situação de pandemia.

Figura 5 - Utilização dos recursos referentes às Portarias n.º 369 e n.º 378



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

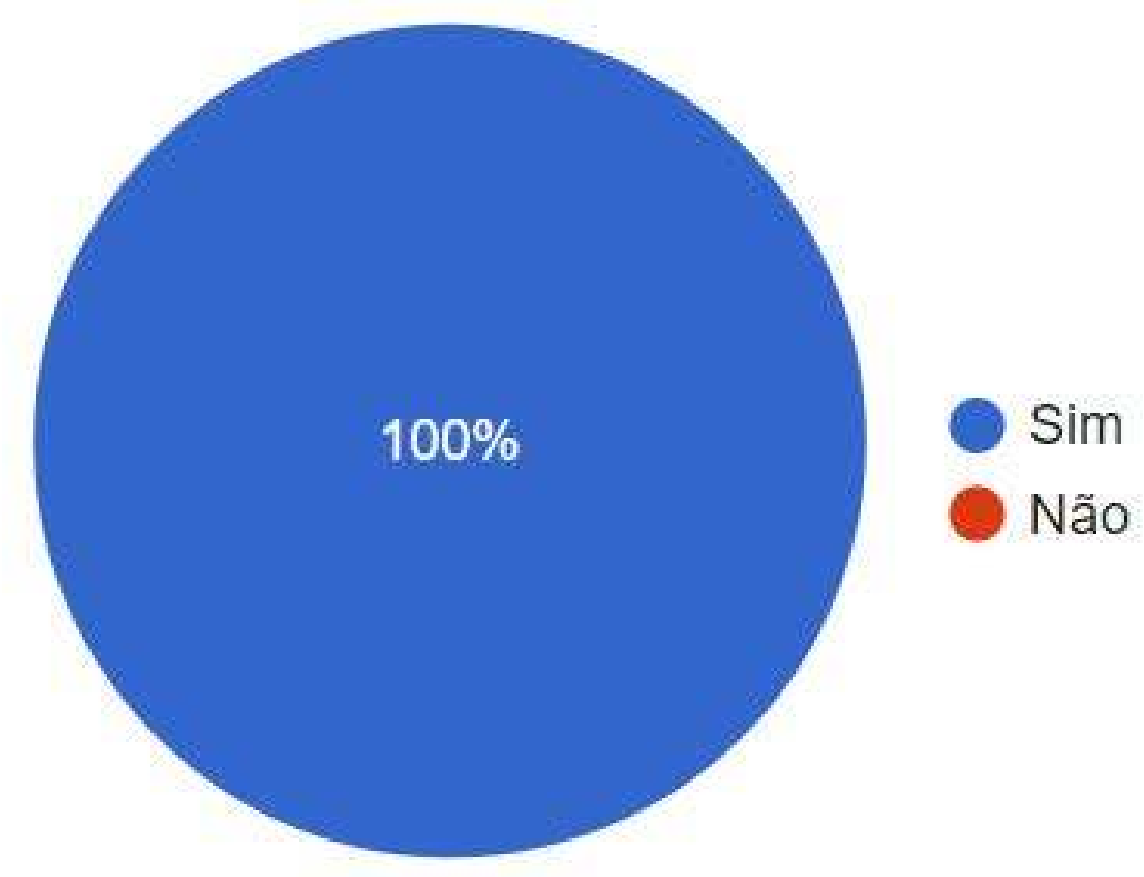
A coleta de dados evidenciou que 95,7% dos municípios utilizaram recursos extraordinários das Portarias n.º 369 e 378 de 2020. Ocorre que a Assistência Social é uma política de caráter permanente e contínuo, que deve ser cofinanciada.

Na época, o governo reduziu os recursos para serviços e ações do SUAS, o que comprometeu a prestação de serviços nos equipamentos. A pandemia encontrou um sistema de proteção social sucateado e desfinanciado. Na ocasião, o orçamento para serviços e ações da Assistência Social, sem considerar os benefícios de renda e emergenciais, retrocedeu para o patamar da década de 1990, ao reduzir de R$ 3,1 bilhões (2014) para apenas R$1 bilhão (2021).

A queda orçamentária foi especialmente acentuada a partir de 2019 e persiste mesmo em anos de grave crise. No que se refere à execução financeira, ocorre uma queda expressiva nos repasses federais destinados ao financiamento do SUAS em 2020 e 2021. Trata-se de uma variação nos repasses de recursos ordinários entre um exercício e outro, que ultrapassou os R$ 960 milhões de reais.

Uma das destinações do recurso proveniente da Portaria n.º 369, de 29 de abril de 2020, foi a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os equipamentos públicos do SUAS, visto que um dos principais e mais importantes desafios do SUAS no período de pandemia foi garantir a segurança do trabalhador, algo mais importante até do que garantir a proteção social; pois, sem profissionais na linha de frente, o SUAS não executa a Política de Assistência Social (Figura 6).

Figura 6 – Disponibilização de EPI para os trabalhadores do SUAS



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

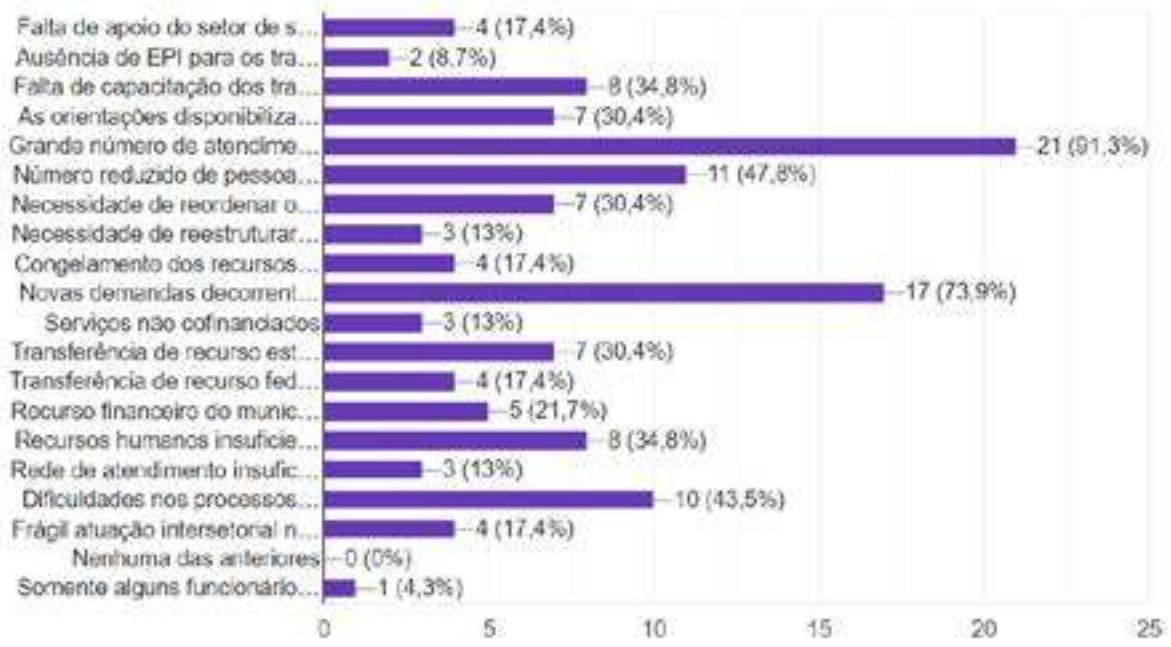
O gráfico acima mostra que 100% dos municípios entrevistados realizaram a aquisição e distribuição de EPIs para os trabalhadores do SUAS; mas na Figura 7 abaixo, que aponta as principais dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia, revela que dois municípios mencionaram a ausência de EPIs como uma dificuldade. Desse modo, supõe-se que os EPIs disponibilizados não tenham sido suficientes em quantidade e/ou em tempo suficiente.

A Política de Assistência Social deve atuar em situações de calamidade pública, assistindo à população usuária em suas demandas. No entanto, para isso, é preciso assegurar a segurança laboral dos trabalhadores do SUAS, garantindo condições técnicas e éticas para o exercício profissional.

Ainda analisando a Figura 7, com as principais dificuldades enfrentadas pela gestão municipal de Assistência Social nesse período, observamos que 91,3% dos municípios informaram que a

principal dificuldade foi o aumento exponencial no número de atendimentos, seguindo por 73,9% que mencionaram as novas demandas de atendimento decorrentes da pandemia como desafiadoras.

Figura 7 – Principais dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia de COVID-19



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Em terceiro lugar, 47,8% dos municípios apontaram que o número reduzido de pessoas na equipe de referência representa outro grande desafio. Em quarto lugar, 34,8% dos municípios destacaram a ausência de capacitação dos trabalhadores do SUAS para atuar na Assistência Social em situações de calamidade. A necessidade de reordenamento do serviço de acolhimento e a transferência de recursos insuficientes foram pontuadas em 30,4%, seguidas da transferência de recursos federais insuficiente, com 17,4%.

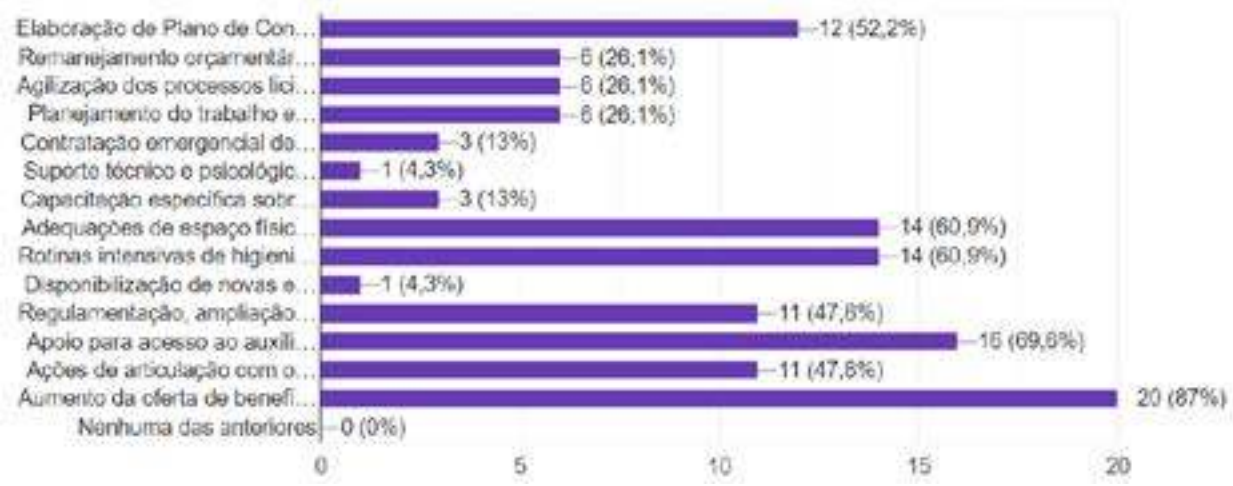
Dessa forma, verificamos que os trabalhadores responsáveis pela execução da Política de Assistência Social tiveram suas realidades de trabalho redimensionadas, o que gerou a intensificação da exploração do trabalho desses profissionais, mediante a intensificação das complexidades das demandas de trabalho. Isso resultou em uma exaustão física e psicológica.

Concomitantemente a isso, os riscos do trabalho inseguro em um cenário pandêmico, com um vírus com forte potencial letal em circulação, foram ainda mais evidentes, uma vez que os profissionais não dispunham dos equipamentos necessários e adequados para sua proteção, nem para a proteção dos usuários dos serviços.

À vista disso, é notório que os profissionais da Assistência Social são imprescindíveis para o atendimento à população que sofre com as consequências sociais da conjuntura pandêmica. No entanto, também ficou evidente que assegurar os interesses do capital continua sendo a prioridade do Estado, mesmo que isso custe milhares de vidas.

Em relação às ações realizadas pela gestão municipal da Assistência Social em decorrência da pandemia de COVID-19, percebemos na Figura 8 que a maior demanda (87%) foi o aumento da oferta dos benefícios eventuais. A segunda ação mais recorrente foi o apoio à população usuária para acessar o auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal ou os auxílios instituídos pelo Estado.

Figura 8 – Ações realizadas pela gestão da Assistência Social em decorrência da pandemia de COVID-19



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Confirmamos, com base no que foi apresentado neste capítulo, que o Estado está distante de ser efetivo no sistema de proteção social para a população em situação de risco e vulnerabilidade social. Isso ocorre porque realiza a transferência de renda por meio de auxílios emergenciais, mas os indivíduos beneficiados devem sobreviver de forma autônoma e individualizada com o valor ínfimo, inferior a um salário-mínimo.

Aproximadamente 61% dos municípios enfatizaram que a gestão municipal da Assistência Social realizou alterações nas rotinas de limpeza e higiene dos equipamentos, bem como a adequação dos espaços físicos, observando as regras de distanciamento social, conforme as orientações da saúde.

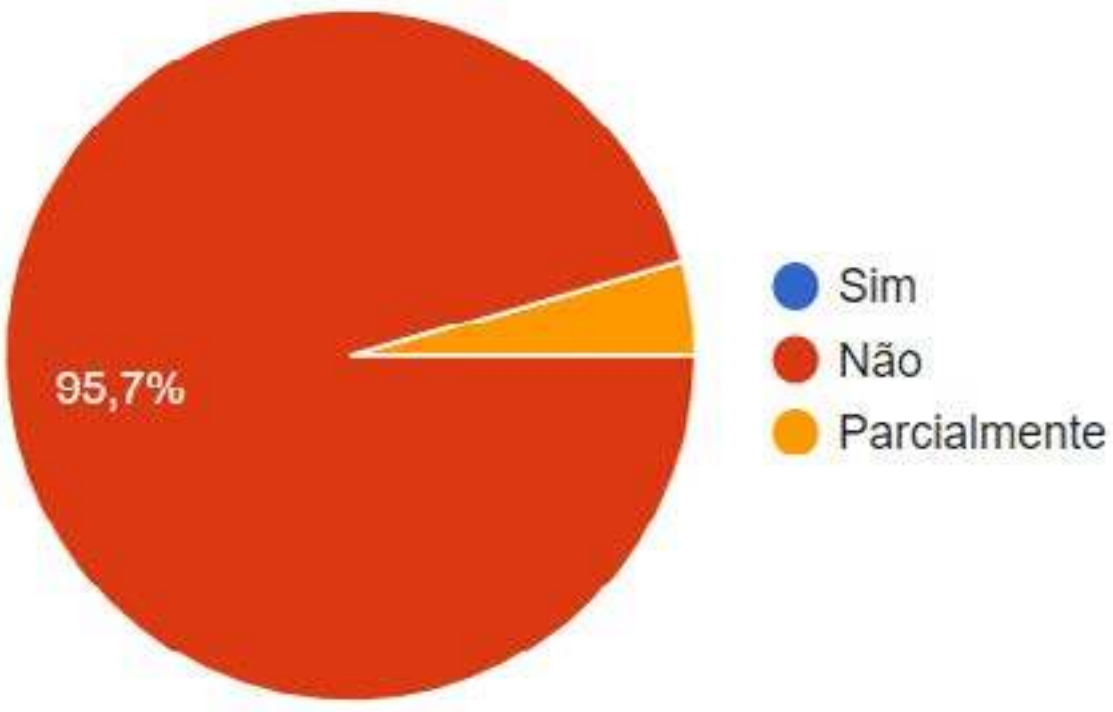
Por conseguinte, 52,2% dos municípios elaboraram um Plano de Contingência com a adequação dos serviços e benefícios socioassistenciais. Observa-se, ainda, que 26,1% dos municípios realizaram remanejamento orçamentário e financeiro (PPA, LDO, LOA), em comum acordo com o Poder Legislativo, e o mesmo percentual agilizou os processos licitatórios, conforme as novas regras permitidas pela condição de calamidade decretada.

Dos 23 municípios que participaram deste estudo, apenas três realizaram a contratação emergencial de trabalhadores para a Assistência Social. O percentual é ainda menor quando se trata de suporte técnico e psicológico para os trabalhadores do SUAS: apenas um ofertou essa estrutura para os profissionais.

A Figura 9 evidencia que 95,7% dos equipamentos permaneceram abertos para atendimento presencial durante a pandemia, enquanto 4,3% informaram que fecharam parcialmente para

atendimento presencial, em conformidade com o estabelecido no Decreto n.º 10.282, de março de 2020, que reconheceu a Assistência Social como um serviço essencial nesse período. Nenhum equipamento interrompeu os atendimentos; mesmo à distância, todas as unidades do SUAS continuaram com suas ações (Figura 9).

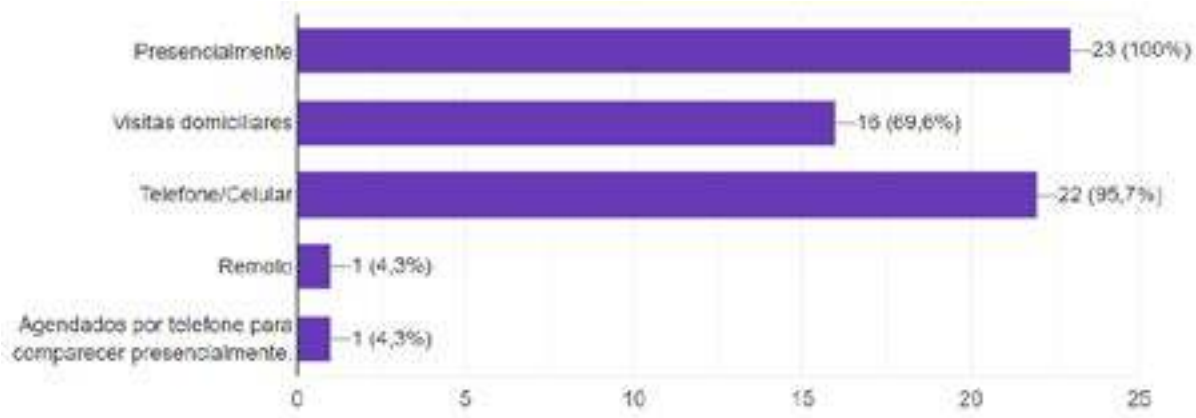
Figura 9 – Equipamentos do SUAS fechados para atendimento presencial durante a pandemia



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Um grande desafio enfrentado pelo SUAS diante da realidade da pandemia foi a necessidade de revisar os processos de trabalho e os fluxos de atendimento. Todos os municípios continuaram realizando os atendimentos presenciais. Todavia a quantidade de atendimentos realizados por telefone fixo ou celular teve um aumento colossal, representando a realidade de 95,7% dos municípios do sudoeste de Minas Gerais. Cerca de 70% dos municípios mantiveram as visitas domiciliares, mesmo durante o período pandêmico (Figura 10).

Figura 10 – Atendimentos durante a pandemia



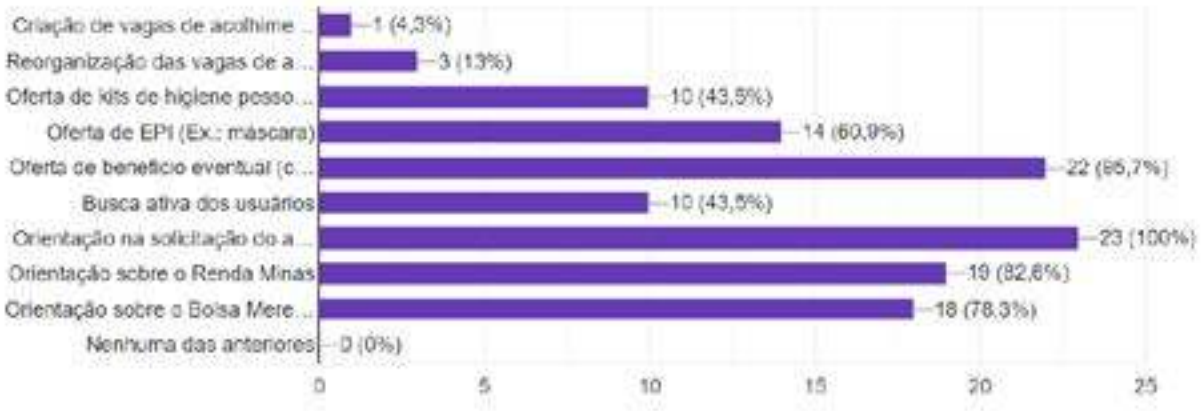
Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Para reorganizar os fluxos de trabalho, é fundamental considerar a realidade dos usuários da Política de Assistência Social, visto que a maioria não possui acesso à internet, tampouco a aparelhos *smartphones*. Da mesma forma, não se pode negligenciar a amplitude da área de abrangência que compõe o território de intervenção dos equipamentos da região de abrangência da Diretoria Regional, sendo que grande parte está localizada em zonas rurais, o que prejudica ainda mais a utilização da tecnologia por parte da população usuária dos serviços socioassistenciais.

Em relação às ações realizadas em prol dos usuários do SUAS, verifica-se novamente que a maioria absoluta se refere às ações de orientação para o acesso aos auxílios dos programas de transferência de renda federal e estadual, além da concessão de benefícios eventuais.

Ainda, a grande maioria dos municípios desenvolveu ações para oferecer EPIs, como máscaras de proteção e kits de limpeza e higiene pessoal para a população atendida, com o objetivo de mitigar a transmissão entre os usuários da Política de Assistência Social, que muitas vezes vivem em situação de rua e/ou em famílias numerosas (Figura 11).

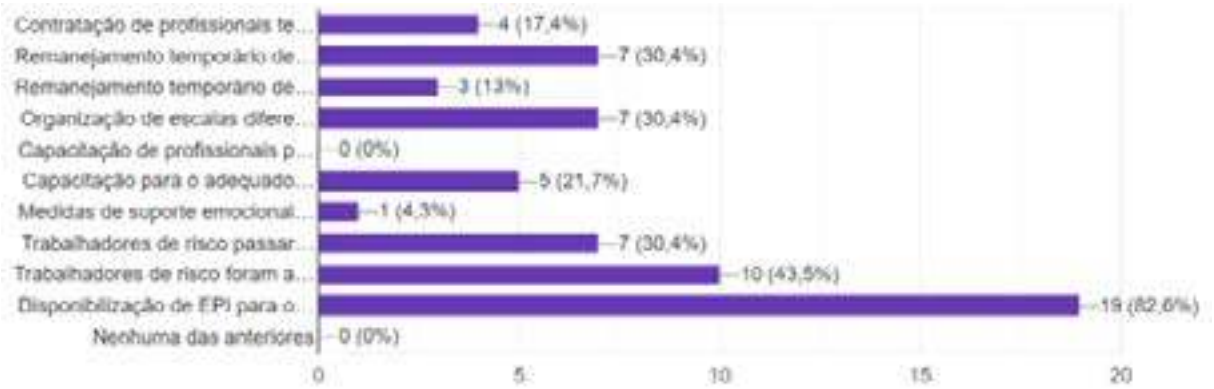
Figura 11 – Ações realizadas para os usuários da Política de Assistência Social



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

No que diz respeito às ações realizadas pelas gestões municipais direcionadas aos profissionais, verifica-se que, em 43,5% dos municípios, os trabalhadores de risco foram afastados de suas funções, enquanto apenas 17,4% realizaram a contratação de profissionais temporários, ou seja, os trabalhadores que permaneceram com suas funções nos equipamentos ficaram sobrecarregados (Figura 12).

Figura 12 – Ações realizadas para os trabalhadores da Política de Assistência Social

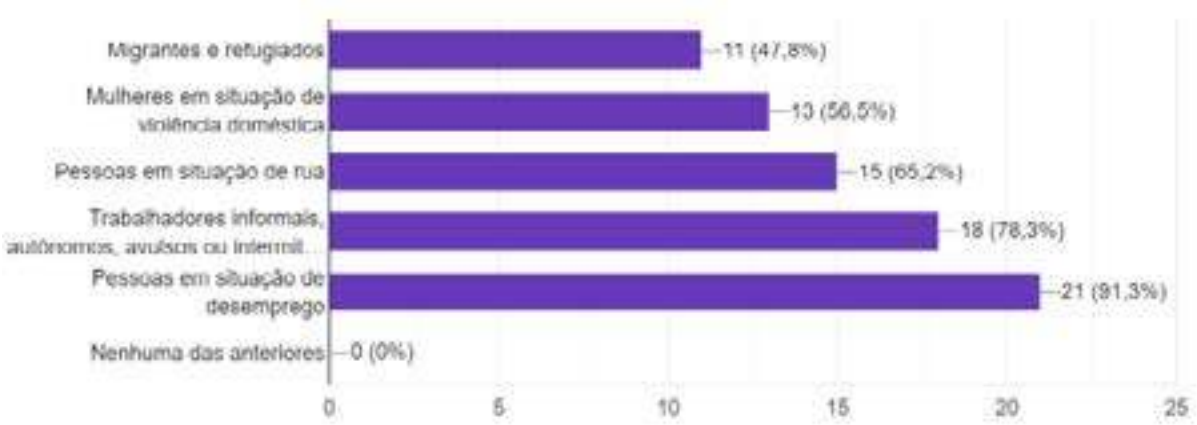


Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Observa-se, ainda, que houve a organização de escalas de trabalho diferenciadas. Nessa perspectiva, os impactos desse panorama foram sentidos nas unidades de forma muito expressiva, com destaque para a redução do quadro de profissionais na linha de frente, a insatisfatória quantidade de equipamentos para acolher e atender à população usuária, e a constatação da inadequação da estrutura física e informatizada do serviço para atuar em períodos de aumento das demandas.

A crise capitalista, acentuada pela emergência da pandemia de COVID-19, ocasionou sequelas devastadoras para a economia mundial e, consequentemente, para o mercado de trabalho brasileiro, evidenciando a precarização e a perda de direitos sociais, o aumento do desemprego e da informalidade, principalmente após a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017 (Figura 13).

Figura 13 - Novas demandas ou públicos específicos que compareceram aos serviços socioassistenciais em função da pandemia



Fonte: elaboração própria. Entrevista de campo, 2021.

Analisando as novas demandas ou públicos específicos que procuraram os serviços socioassistenciais em função da pandemia, verificamos que 91,3% dos municípios relataram que foram pessoas desempregadas, enquanto 78,3% mencionaram trabalhadores informais e autônomos.

No Brasil, o mercado de trabalho apresentou dados alarmantes antes mesmo da crise provocada pela pandemia do coronavírus. Com as sequelas da pandemia, o mercado de trabalho, historicamente desestruturado, com altas taxas de desemprego, informalidade e trabalho autônomo, tornou-se ainda mais desorganizado.

O governo Michel Temer aprovou a Reforma Trabalhista em 2017 (Lei Federal n.º 13.467), com a promessa de promover uma modernização produtiva e gerar empregos. Entretanto, os dados divulgados após a aprovação da reforma evidenciaram o crescimento do desemprego, o aumento da informalidade e o empobrecimento da população.

Conclui-se que as medidas de retirada de direitos, por meio das reformas aprovadas nos últimos anos, contribuíram para o aumento da pobreza e o agravamento das desigualdades sociais. Cabe destacar que os trabalhadores, na maioria das vezes, realizam suas atividades laborais em condições degradantes, com longas jornadas de trabalho.

Com relação à população em situação de rua, 65% dos municípios apontaram que esse grupo representou uma grande parte dos atendimentos no contexto pandêmico. Isso se deve à impossibilidade de isolamento, à dificuldade na aquisição de alimentos e água potável, às limitações na realização de medidas preventivas, além do fato de que esse público procurava os equipamentos para pleitear os benefícios eventuais e os programas de transferência de renda.

Outro grupo que caracterizou o público mais atendido no cenário da pandemia foram as meninas e mulheres em situação de violência doméstica e familiar, representando cerca de 56% das demandas atendidas.

Por sua vez, os dados nacionais apontam para um recrudescimento nos índices de feminicídio e de violência doméstica. Confirma-se, nesse contexto de catástrofe mundial de saúde, que o isolamento social, vinculado a uma violência sistêmica e estrutural contra a mulher, escancarou questões sociais relacionadas à misoginia e às profundas desigualdades de gênero.

Trata-se de uma pandemia de violência, com efeitos tão cruéis quanto a presença da COVID-19, que demonstra que as meninas e mulheres estão expostas, de forma diferenciada, às violações de direitos e à violência, inclusive a morte.

Considerações finais

Os caminhos investigativos percorridos nesta pesquisa tiveram como objetivo trazer à luz a relevância da gestão na direção técnica, política e ética da Política Municipal de Assistência Social na região sudoeste do Estado de Minas Gerais, no contexto da pandemia de COVID-19. A pesquisa procurou evidenciar que a gestão é um instrumento estratégico nos processos de trabalho no âmbito da Assistência Social, na conquista de seus objetivos e na consolidação efetiva do SUAS.

A aproximação com o objeto de estudo foi concebida pela articulação entre a pesquisa empírica e a pesquisa teórica. Para tanto, averiguou-se o percurso da Administração Pública no Brasil e a difusão das políticas públicas, com seus elementos histórico-concretos materiais e ideológico-culturais, identificando os principais determinantes que configuram a administração no capitalismo, especificamente na área da Assistência Social.

O trajeto percorrido pela pesquisadora também considerou o acúmulo de estudos produzidos sobre o arcabouço conceitual, ideológico e histórico da Política de Assistência Social e seus desafios, acentuados pela pandemia de COVID-19, com foco na gestão municipal no sudoeste de Minas Gerais. Além da análise crítica de dados, avaliações e percepções trazidas pela pesquisa empírica, o estudo sobre esse tema enfrentou um desafio específico, que merece ser relatado devido à complexidade de seu objeto.

O desafio enfrentado foi a ausência de estudos acadêmicos sobre a gestão da Assistência Social no período pandêmico. Cabe destacar que este estudo foi realizado concomitantemente à pandemia, ou seja, no ano de 2020. Considerando que a crise pandêmica foi inédita e extrapolou as características de todas as outras crises precedentes do capitalismo, ela se caracterizou como uma crise abrangente, envolvendo questões sanitárias, políticas, humanitárias, sociais, geopolíticas e econômicas. Na ocasião da construção desta pesquisa, havia escassos estudos sobre a temática.

Convém afirmar que, apesar dos propósitos que guiaram este estudo, suas possíveis limitações e as análises apresentadas, distante de serem conclusivas, apontam para a necessidade de mais estudos e aprofundamentos sobre o tema, principalmente considerando que as consequências da pandemia serão sentidas pela população brasileira nos anos que se seguirão.

Buscamos apresentar reflexões sobre a necessidade do comprometimento da gestão da Política de Assistência Social para sua efetivação. No que tange à intervenção estatal, a precarização das políticas e dos serviços públicos em um contexto de crise sanitária resultou no aumento acentuado das demandas direcionadas ao SUAS, exigindo da proteção social uma reorganização para garantir o atendimento e o acompanhamento da população usuária.

Desde o golpe parlamentar de 2016, percebe-se o desmonte da Política de Assistência Social, intensificado com a ascensão da extrema-direita e de seu projeto ultraneoliberal no Brasil. Assim, as eleições de 2018 foram um ponto crucial para o avanço do ultra neoliberalismo no país, pois, com a ascensão do governo Jair Bolsonaro ao poder, evidenciou-se o estímulo às privatizações e o rompante aos direitos sociais, a exemplo da Assistência Social.

> O ultra neoliberalismo é reforçado também por um reacionarismo violento–neofascista, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção do conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas (Boschetti, 2018, p. 73).

Foi nesse contexto de governo ultraneoliberal que a pandemia de COVID-19 se instaurou no Brasil. Frente a essa realidade, os segmentos populacionais mais atingidos pela pandemia foram os pertencentes à classe trabalhadora, visto que a conjuntura pandêmica não impactou as classes sociais da mesma forma.

Além de compreender como o momento histórico-conjuntural da pandemia se expressou na oferta da Política de Assistência Social, também foram analisados os desafios postos à atuação profissional, ou seja, as condições de trabalho dos profissionais do SUAS e as estratégias desenvolvidas para garantir a efetividade dessa política pública.

Salienta-se que o contexto pandêmico agudizou as expressões da questão social, decorrentes da crise estrutural capitalista. Nesse período, verificou-se o acirramento das desigualdades sociais existentes, que, por sua vez, são decorrentes das contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista.

Nesse liame, a classe trabalhadora é a mais atingida pela perversidade das estratégias capitalistas, pois os impactos do neoliberalismo se manifestam na redução dos direitos trabalhistas, na ausência de renda, no desemprego e no impedimento em exercer dignamente a cidadania.

As medidas de isolamento e distanciamento social tornaram-se desafiadoras para as unidades de atendimento socioassistencial, considerando a enorme demanda de atendimentos no contexto de calamidade pública.

A pandemia deu visibilidade às situações dramáticas vivenciadas por uma parcela significativa da população que se encontra em condição de pobreza e extrema pobreza. No caso das pessoas em situação de rua, tornou-se desafiador mantê-las isoladas em ambientes compartilhados e assegurar medidas de limpeza e higiene, como a lavagem periódica das mãos, em áreas de difícil acesso à água.

Esse quadro desafiador reforçou os processos de exploração do trabalho dos profissionais do SUAS, que passaram a atuar em condições ainda mais adversas do que em um período sem pandemia. Os desafios, já pontuados no decorrer do capítulo, colocaram esses profissionais diante de novas exigências, caracterizadas por intervenções burocráticas e cada vez mais imediatas e rotineiras, como a simples concessão de benefícios eventuais, ações essas desprovidas da proteção social em sua totalidade.

Além disso, esse contexto perverso foi marcado pela exclusão dos profissionais da Assistência Social do grupo prioritário para a vacinação contra a COVID-19, bem como pela oferta insatisfatória de EPI, levando os trabalhadores a adquirir os equipamentos no setor privado e com recurso próprio.

De acordo com Antunes (2020), o que se observou durante a pandemia foi o aumento da demanda posta ao SUAS, considerando a intensificação das demissões, da redução dos salários e do crescimento de trabalhadores em situação de informalidade. O autor destaca que, "quando a crise sanitária se instalou na realidade brasileira, o país já apresentava um quantitativo de 14 milhões de desempregos".

Paralelamente ao aumento das demandas, verificaram-se cortes no orçamento federal destinado à Assistência Social e a irregularidade nos repasses de verba aos municípios, o que gerou uma precarização dos serviços em todos os níveis de proteção social.

É importante ressaltar que a gestão da Política de Assistência Social no contexto capitalista é desafiadora, e esses desafios se intensificaram durante a pandemia. No que se refere à redução das equipes dos equipamentos do SUAS, observou-se uma polivalência por parte dos profissionais, que acabaram desenvolvendo atividades fora de seu âmbito de competência, com o intuito de garantir um mínimo de qualidade no trabalho social com as famílias. Essa situação não é realizada sem gerar uma exaustão profissional em decorrência da quantidade e da complexidade dos atendimentos diários.

A imediaticidade das demandas que se apresentam nas necessidades dos usuários do SUAS solicita articulações urgentes com a rede de serviços socioassistenciais, dificultando os processos reflexivos acerca das práticas desenvolvidas e tornando as ações profissionais burocráticas e rotineiras.

Observa-se, em 2020, uma reatualização de traços do conservadorismo, "reposta através da precarização do trabalho e dos serviços como uma das alternativas para minorar os efeitos da atual fase do capitalismo na pandemia". Na realidade da execução da Política de Assistência Social, os profissionais se desdobram para atender a uma dupla demanda, ou seja, as demandas sociais e as demandas institucionais.

As demandas institucionais se materializam por meio do direcionamento de ações pré-programadas para serem executadas pelos trabalhadores do SUAS, sem os recursos materiais e tecnológicos necessários para o desenvolvimento das atividades profissionais, o que os obriga a utilizar equipamentos de uso particular e pessoal, como aparelhos de telefone celular.

Assim, é nessa realidade repleta de tensões e desafios que atuam os profissionais responsáveis pela execução da política pública de Assistência Social, tendo seu cotidiano profissional marcado pelos impactos das estratégias capitalistas, que se manifestam por meio da exigência de um

"Estado mínimo para o trabalho", conforme pontuam Netto e Braz (2008, p. 227). Essas estratégias impõem profundos ataques à Assistência Social, uma política que, como exposto anteriormente, sofre com os processos de exclusão no que diz respeito às prioridades orçamentárias estatais, mesmo em um contexto de calamidade pública.

Destaca-se que, para ofertar uma política eficiente e efetiva, os gestores municipais devem compreender a realidade de uma crise estrutural e sanitária, observando sua relação intrínseca com o modelo de organização social capitalista e desmistificando as possibilidades de uma atuação profissional verdadeiramente comprometida com os direitos sociais.

É indispensável, ainda, a articulação com os espaços de controle social, contribuindo para a organização e fiscalização dos serviços prestados à população, de forma a cobrar das autoridades superiores a efetivação dos direitos sociais e humanos. Dessa maneira, assume-se o compromisso com a classe trabalhadora, reafirmando-se como parte dela.

Conclui-se que é necessário reconhecer os perigos da conjuntura atual para o SUAS e para a garantia dos direitos. É fato notório que, na sociedade brasileira, a cultura política ainda não se desvencilhou das forças políticas mais conservadoras do país que, aliadas ou alienadas aos interesses das relações capitalistas, sempre investem contra a garantia dos direitos sociais.

Assim, atuar na gestão da Política de Assistência Social requer o comprometimento dos gestores com a defesa intransigente do direito à Assistência Social, mantendo-se resistente às forças políticas mais conservadoras, que desqualificam o trabalho da Assistência Social e os seus usuários.

Nesse viés, é imprescindível envidar todos os esforços para garantir a continuidade da consolidação de nova cultura política e institucional para a gestão municipal da Política de Assistência Social, seguindo o caminho apresentado pelo SUAS. No entanto, diante do panorama político do país, torna-se necessário a mobilização e a aliança da sociedade civil, representada pelos trabalhadores do SUAS, pelas entidades da rede privada e pelos usuários, em oposição à agenda neoliberal, que ameaça retrocessos na Política de Assistência Social.

O SUAS inaugurou um novo momento no movimento de mudança de paradigma da Assistência Social brasileira. Faz-se necessário que os gestores da Assistência Social se comprometam com esse legado, garantindo que o SUAS avance sem nenhum direito a menos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOSCHETTI, I. **Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho**. Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, p. 131-165, 2018.

GRANEMANN, S. **Crise econômica e a COVID-19**: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira, 2021.

HUWS, U. **A Formação do Cibertariado**: Trabalho Virtual em um Mundo Real. São Paulo: Unicamp, 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTA, A. E. **Diálogos do Cotidiano – Assistente social**: reflexões sobre o cotidiano profissional. Caderno 1, CFSS, 2021.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.